

PORTUGAL 2020

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALENTEJO

2014-2020

**Mapeamento dos
Investimentos em
Infraestruturas do
Património Cultural**

junho 2015

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ENQUADRAMENTO	3
3. CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DO ALENTEJO.....	5
3.1. PATRIMÓNIO CULTURAL MUNDIAL DA UNESCO	7
3.2. PATRIMÓNIO URBANO HISTÓRICO	7
3.3. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO	7
3.4. PATRIMÓNIO MINEIRO-INDUSTRIAL.....	9
3.5. PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL	9
3.6. PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO	9
3.7. MUSEUS	10
3.8. BIBLIOTECAS – REDE PÚBLICA DE LEITURA	12
4. INVESTIMENTOS NO DOMÍNIO DO PATRIMÓNIO CULTURAL NO ÂMBITO DO PO REGIONAL 2007-2013.....	12
5. PRINCIPAIS NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO	14
6. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS NO HORIZONTE 2020	17
6.1. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ALENTEJO 2020	17
6.2. DOCUMENTO ESTRATÉGICO TURISMO DO ALENTEJO 2014 – 2020.....	18
6.3. ESTRATÉGIA REGIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (EREI)	19
7. CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO E OBJETIVOS NO ÂMBITO DO POR ALENTEJO 2020	19
8. PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO REGIONAL	20
9. CONCLUSÕES	22
ANEXOS	24

1. INTRODUÇÃO

O mapeamento seguidamente desenvolvido visa perspectivar as necessidades de intervenção em infraestruturas do património cultural do Alentejo no horizonte 2020 e como tal sustentar as opções de intervenção consagradas no Programa Operacional Regional do Alentejo no âmbito da Prioridade de Investimento “Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural”.

A elaboração do documento resultou de um exercício de diagnóstico prospetivo e planeamento, suportado essencialmente em estudos e trabalhos internos, no conhecimento do território existente nesta CCDR, nos contributos da Direcção-Regional de Cultura do Alentejo (para o património das NUT III Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral) e da Direcção-Geral do Património Cultural (NUT III Lezíria do Tejo), nos contributos das Comunidades Intermunicipais (CIM) e outras orientações e documentos estratégicos.

Para além da caracterização do património existente, foram identificadas as principais necessidades e as tipologias de intervenção consideradas prioritárias num horizonte temporal ajustado ao próximo ciclo de programação dos fundos comunitários. As prioridades têm a ver com os contributos das entidades sectoriais da Cultura e o mapeamento evidencia as prioridades de intervenção, atendendo à classificação do património, ao impacto das intervenções e à situação de risco de destruição ou perda, total ou parcial do património, segundo uma abordagem que inclui também princípios orientadores relacionados com a relevância do património e da cultura do território para o desenvolvimento da rede de oferta turística regional.

2. ENQUADRAMENTO

As bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural constam da Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, incluindo o conceito e âmbito do património cultural e as categorias de bens. Assim, o património cultural integra *todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial proteção e valorização* (Artº 2º, nº 1). *O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflete valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade* (Artº 2º, nº 3).

Integram, igualmente, o património cultural aqueles *bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva* e constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos. Integram o património cultural, não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa. A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política nacional sobre a protecção e valorização do património cultural e constitui objecto de legislação própria.

Os bens imóveis podem pertencer às categorias de **monumento, conjunto ou sítio** e para efeitos de classificação, o interesse patrimonial obedece aos critérios previstos nos n.ºs 4, 5 e 6 do Art.º 5.º da Lei 107/2001 que consideram que os bens móveis e imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, (n.º 4 – valor cultural de significado para o País) de interesse público (N.º 5 – valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado) ou de interesse municipal (N.º 6 - valor cultural de significado predominante para um determinado município). Os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial integram a lista dos bens classificados como de interesse nacional.

Para melhor esclarecer os conceitos, apresentamos as respectivas definições: **Monumentos** - Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; **Conjuntos** - Grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; **Sítios** - Obras do Homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

O **Património Cultural Imaterial** inclui *as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objectos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu património cultural*. Este património cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu ambiente, da sua interacção e com a natureza da sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. As práticas culturais inscritas na lista do património imaterial da UNESCO devem ser geridas de acordo com o plano de salvaguarda aprovado no acto da sua inscrição, o qual obriga os Estados.

O **Património Cultural Subaquático** compreende todos os vestígios da existência humana, de carácter cultural ou histórico, que estejam ou que estiveram submersos há mais de 100 anos, constituindo o seu estudo identificação e valorização objecto de regras internacionais. O seu potencial de conhecimento científico e de divulgação e promoção da história da circulação marítima e fluvial constitui hoje particular recurso patrimonial para os territórios que o possuem e que o devem acautelar, salvaguardar e valorizar.

Os **itinerários culturais** são vias de comunicação terrestre, aquática, mista ou outra, determinada materialmente, com uma dinâmica e funções históricas próprias, ao serviço de um objectivo concreto e determinado e constituem instrumentos privilegiados para a avaliação da UNESCO na inscrição de itinerários culturais na lista do património mundial.

O conceito de **rede** traduz a capacidade ou apetência para o estabelecimento de conexões intencionais entre indivíduos, grupos, projectos, recursos, equipamentos, territórios, sítios, monumentos, etc. e tem relevância para a complementaridade das intervenções e dos equipamentos no domínio do património cultural.

3. CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DO ALENTEJO

O Património Cultural do Alentejo, material e imaterial, apresenta uma grande riqueza e variedade, que o torna um factor fulcral na estratégia de desenvolvimento do território, sendo de destacar os vetores relacionados com o património histórico (urbano-monumental), o património religioso construído e o património etnográfico e de arte popular.

No conjunto de recursos do património cultural da Região (Quadro 1 e Mapa 1), os bens culturais (classificados ao abrigo do artº 15º da Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro que classifica os bens imóveis culturais) abrangem 222 Monumentos Nacionais, 422 Monumentos de Interesse Público e 76 Monumentos de Interesse Municipal, distribuídos pelas NUT III. Conta ainda com dois bens inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO, o Centro Histórico de Évora (1986) e as Fortificações e todo o conjunto da cidade de Elvas (2012). Este património cultural distribui-se principalmente pelas tipologias de património arqueológico, arquitectura civil, arquitectura militar/defensiva, arquitectura mista e arquitectura religiosa (Quadro 2).

Quadro 1

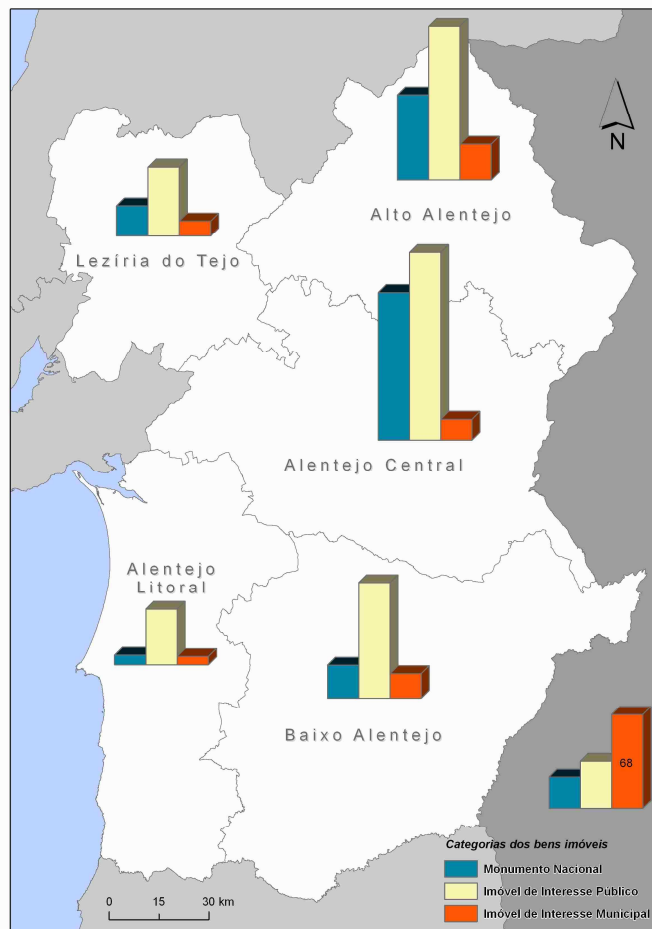
Bens Imóveis Classificados, segundo a categoria de proteção

2015

NUT	Total	Monumentos Nacionais	Imóveis de Interesse Público	Imóveis de Interesse Municipal
Alentejo Litoral	53	7	40	6
Alto Alentejo	200	62	112	26
Alentejo Central	258	107	136	15
Baixo Alentejo	126	24	84	18
Lezíria do Tejo	83	22	50	11
Alentejo	720	222	422	76
Portugal	4.308	816	2 847	737
Alentejo/Portugal (%)	16,7	27,2	14,8	10,3

Fonte: DRC Alentejo; Ulysses, Sistema de Informação do Património Classificado

Mapa 1
Bens Imóveis Culturais da Região Alentejo, por Categoria de Proteção



Quadro 2
Bens Imóveis Classificados, segundo a tipologia

						2013
	Total	Sítios Arqueológicos	Arquitectura Civil	Arquitectura Militar	Arquitectura Mista	Arquitectura Religiosa
Alentejo Litoral	47	12	12	6	1	16
Alto Alentejo	185	72	41	22	2	48
Alentejo Central	236	62	61	29	1	83
Baixo Alentejo	117	19	34	10	2	52
Lezíria do Tejo	80	8	34	3	0	35
Alentejo	665	173	182	70	6	234
Portugal	4.308	533	2.101	285	36	1.353
Alentejo/Portugal	15,4	32,5	8,7	24,6	16,7	17,3

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura

3.1. PATRIMÓNIO CULTURAL MUNDIAL DA UNESCO

No âmbito do património cultural mundial da UNESCO, além de Évora e de Elvas, já constantes da lista da UNESCO, várias candidaturas estão em preparação no Alentejo, como as paisagens culturais do Montado e de Marvão, o Azulejo (a nível nacional mas com forte componente do património alentejano), os centros históricos de Vila Viçosa, Mértola, os sítios arqueológicos de Tróia (romano), e Povoado dos Perdigões (pré-histórico), entre outras.

3.2. PATRIMÓNIO URBANO HISTÓRICO

A Região conta com algumas áreas urbanas abrangidas por servidões administrativas do património cultural (Alcácer do Sal, Alter do Chão, Beja, Borba, Elvas, Estremoz, Évora, Marvão, Montemor-o-Novo, Monsaraz, Moura, Portalegre, Portel, Santarém, Serpa, entre outras) e importa ainda sublinhar a importância do património urbano histórico que não sendo classificado do ponto de vista do seu valor urbano (apenas muito poucos conjuntos o são, como são os casos de Marvão e Monsaraz), representa uma riqueza cultural e patrimonial única no país.

Quer do ponto de vista da concentração e da quantidade, quer do ponto de vista do estado de conservação e de autenticidade e integridade, o Alentejo possui o maior conjunto de "cidades" de fundação medieval de urbanismo planeado com forte componente do padrão geométrico. Embora esta prática fundacional de cidades no período pós reconquista seja alargada a todo o território nacional, o que constitui a verdadeira especificidade da região do Alentejo nesta matéria é a espantosa concentração em número destas ocorrências e a sua preservação no que diz respeito sobretudo à estrutura urbana planeada que podemos verificar em toda a região. Além dos núcleos urbanos medievais pós-reconquista, importa também referir (e valorizar) em termos históricos e patrimoniais da compreensão do território ancestral, e em associação com estes, os modos coevos de colonização agrária.

O valor patrimonial que decorre do maior conjunto de cidades planeadas de fundação medieval, de padrão geométrico, não só confere uma qualidade territorial e paisagística assinalável como constitui também um domínio de trabalho para a valorização cultural e turística destas aldeias, vilas e cidades do ponto de vista do urbanismo histórico e patrimonial, algo que hoje em dia na Europa constitui nicho importante e crescente na complementaridade de oferta turística da área da cultura, da história e do património. A ligação deste valor patrimonial e cultural com os **caminhos de Santiago** na região é óbvia e obrigatória e uns sem os outros não se podem compreender em toda a plenitude do seu sentido histórico, territorial e cultural e mais uma vez enriquecem extraordinariamente o interesse para um turismo cultural e patrimonial cada vez mais exigente a valorizador da autenticidade histórica.

3.3. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

No Alentejo, o património arqueológico constitui um factor de riqueza cultural muito relevante e de valor nacional e internacional, sobretudo no que diz respeito ao património dos períodos pré-histórico, em especial o megalitismo, romano e islâmico/medieval mas com particulares permanências no território relativas ao período romano.

O período megalítico e o seu património arqueológico representam uma grande concentração de monumentos da chamada arquitectura megalítica (monumentos funerários, antas, mas também os menires isolados ou em grupo) mas sobretudo uma componente fortíssima de património imaterial associado a uma estrutura cultural de construção de um universo mágico-religioso de longa duração, uma visão do mundo que poderíamos chamar fundacional e que permanece apesar das suas evoluções ao longo de quase um milénio. Essa cultura e essa prática é fortemente identitária e na sua grande duração, indígena, o que constitui também um domínio de desenvolvimento, não só relativo ao enorme potencial de investigação e produção de conhecimento, mas também à valorização criativa para a economia cultural e turística.

Os conjuntos mais significativos situam-se nas sub-regiões do Alentejo Central, e Alto Alentejo, com exemplares de monumentos verdadeiramente espectaculares e de valor arquitectónico e imaterial regional, nacional e em muitos casos de verdadeira dimensão e importância internacional.

No património arqueológico, a compreensão e valorização do **património romano** é fundamental para a história da Região do Alentejo e para a sua organização e identidade até aos tempos mais recentes. A valorização do período romano implica a conjugação de vários sectores que davam coerência ao território e que hoje podem com vantagem ser trabalhados para o desenvolvimento do turismo cultural com capacidade efectivamente diferenciadora, nomeadamente através de: revitalização das vias romanas, que pressupõe a sua recuperação para percursos entre os aglomerados e entre o norte e sul e litoral e interior; reabilitação, recuperação de sistemas de abastecimento de água antigos, nomeadamente barragens e sistemas de rega; intervenção em fornos de produção de ânforas e sua eventual recuperação para a produção de recipientes artesanais em argila; recuperação de percursos de peregrinação antiga e valorização das formas de religiosidade que surgem no final do Império, nomeadamente dos cultos relacionados com os martírios e o cristianismo primitivo.

A valorização dos vestígios mais espectaculares desta realidade, como o templo de Évora, o fórum de Beja e de Scallabis (Santarém) e as cidades romanas de Miróbriga ou de Ammaia, hoje sítios arqueológicos, deverá suportar a criação de uma rede/rota das cidades romanas do Alentejo e Ribatejo, com um programa de intervenções de recuperação, investigação, valorização deste património classificado na sua quase totalidade e em muitos casos com necessidades de intervenção ao nível da conservação e do restauro, mas também da interpretação. O único circo romano em Portugal e em bom estado de conservação, deve ser escavado e valorizado de modo a possibilitar a execução de um programa de espectáculos regulares.

O porto flúvio marítimo de Mirtilis (Mértola) deve valorizar-se no quadro da revitalização dos percursos antigos do Baixo Alentejo e da relação com o litoral sul e o Mediterrâneo; Tróia, o aglomerado urbano secundário de natureza industrial está actualmente em processo de candidatura a Património da Humanidade; Vipasca (Aljustrel) é o pólo de maior visibilidade de exploração mineira na antiguidade; no norte alentejano devem valorizar-se os mosaicos, incluindo o aglomerado urbano secundário de Abelterium (Alter do Chão).

O **património islâmico** constitui um excelente ex-libris do Alentejo, nomeadamente da zona mais a sul. Mértola constitui o núcleo mais desenvolvido e o modus operandi de valorização/divulgação devidamente testado com um trabalho exemplar no domínio da ligação entre a investigação científica e a divulgação e a interpretação. A valorização do património

islâmico, deverá estender-se a outros territórios, no sentido de estabelecer a rede de núcleos islâmicos, mas mantendo Mértola como centro. A valorização deste património deve considerar ligações com o Norte de África, uma ponte de desenvolvimento privilegiada com condições excepcionais para implementar, dada a riqueza e a diversidade da cultura do Sul, diferenciadora relativamente a outras regiões do país e da Europa.

3.4. PATRIMÓNIO MINEIRO-INDUSTRIAL

O património industrial constitui um dos mais importantes patrimónios materiais, sociais e culturais do Alentejo. É, também, um dos patrimónios com vestígios mais antigos e mais ricos. Numa perspectiva de ligação com os recursos ambientais, a valorização do património mineiro constitui-se como uma mais valia fundamental para a promoção deste vasto património. A valorização dos sítios mineiros da proto-história, considerando a impotência que estes povoados mineiros apresentam e o potencial de relação com a contemporaneidade e com o ambiente que a sua valorização constitui, surge com grande potencial de atracção de fluxos de visitantes.

O conjunto de sítios, alguns dos quais intactos, nomeadamente aqueles grandes povoados mineiros que bordejam os rios Guadiana, Ardila, e Degebe, e que eram núcleos e pontos estratégicos dos percursos antigos entre o rio Sado e o Guadalquivir ou, dito de outro modo, entre o Atlântico e o Mediterrâneo profundamente ligados com os rios e os seus recursos, deve ser objecto de uma valorização integrada com os recursos fluviais, prevendo-se a reavivação de alguns deles a fim de recuperar seculares percursos.

Por representarem elementos inscritos numa genética de matriz mineira, os sítios arqueológicos da região de Ourique, Castro Verde, Moura, Serpa, Mértola, Aljustrel, devem ser mobilizados no sentido de se constituírem como elementos do perfil mineiro ancestral do Baixo Alentejo Interior. A sua valorização deve articular a cadeia operatória da mineração desde a exploração até ao embarque para exportação com os sectores da investigação e ambiente.

3.5. PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

A Região do Alentejo possui duas inscrições na Lista do Património Cultural Imaterial da UNESCO, o Cante Alentejano e a Dieta Mediterrânica (esta em conjunto com outros Países da cultura mediterrânica) bem como uma outra, a Arte Chocalheira, que deverá integrar ainda este ano a lista da UNESCO para o Património Cultural Imaterial a necessitar de salvaguarda urgente.

Além destes reconhecimentos internacionais, o património cultural imaterial do Alentejo é uma área fundamental de trabalho para os próximos anos, quer no domínio do inventário das práticas culturais, quer no do seu estudo, salvaguarda, transmissão e promoção.

3.6. PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO

O valor e o potencial do **património cultural subaquático** numa região com a riqueza do Alentejo deve constar de uma estratégia definidora das necessidades de intervenção, não apenas ao nível da costa marítima em que a NUT III do Alentejo Litoral assume particular protagonismo, mas também ao nível dos portos flúvio-marítimos antigos mais significativos do

Alentejo e Lezíria e que conferem a esta região uma importância ímpar sobretudo no quadro da produção de conhecimento e valorização da história e arqueologia dos períodos pré histórico, clássico, romano e islâmico, mas também com particular ênfase no que diz respeito ao período moderno dos descobrimentos e do tráfego marítimo no quadro do império colonial português.

3.7. MUSEUS

Os Museus enquanto equipamentos culturais de particular importância patrimonial e turística para a região, caracterizam-se por uma forte dispersão e também por uma baixa percentagem de museus que integram a Rede Portuguesa dos Museus. Dos cerca de 211 museus ou equiparados em toda a região, apenas 10 (13 se incluirmos a sub-região da Lezíria do Tejo) estão certificados pela Rede o que representa um enorme caminho a percorrer no que diz respeito à sua qualificação e valorização (Quadro 3 e Mapa 2).

Os Museus de Évora e de Beja destacam-se pela importância das suas colecções e pelo seu carácter histórico e patrimonial e podem constituir-se em pólos agregadores da região e das suas redes museológicas. Conjuntamente com outros equipamentos e projectos importantes no sector da cultura e com o previsto no projecto cultural regional Sphera Castris (coordenado pela Delegação Regional de Cultura do Alentejo e centralizado no mosteiro de São Bento de Cástris em Évora), constituem importantes plataformas de atracção cultural e de turismo artístico para a nossa região no domínio dos museus e colecções visitáveis.

Quadro 3 – Museus e Espaços Museológicos da Região Alentejo

NUT	TOTAIS a+b+c+d+e	RPM	Tutela					Tipologias Principais				
			AL (a)	AC (b)	IC (c)	MISER (d)	PRIV (e)	ARQUEOL	ARTE	ETNOGR	SITIOS ARQ	OUTROS
Alto Alentejo	57	2	33	3	4	3	14	12	9	7	1	26
Alentejo Central	61	4	22	10	5	1	23	8	9	9	2	33
Baixo Alentejo	71	3	47	6	5	3	10	12	8	12	5	34
Alentejo Litoral	22	1	13	1	3	0	5	3	2	2	6	9
Alentejo (*)	211	10	115	20	17	7	52	35	28	30	14	102

Fonte: DRC Alentejo; (*) Não inclui Lezíria do Tejo

RPM Museus Integrados na Rede Portuguesa de Museus

AL Administração Local

AC Administração Central

IC Igreja Católica

MISER Misericórdias

PRIV Fundações, Associações, Empresas, Particulares

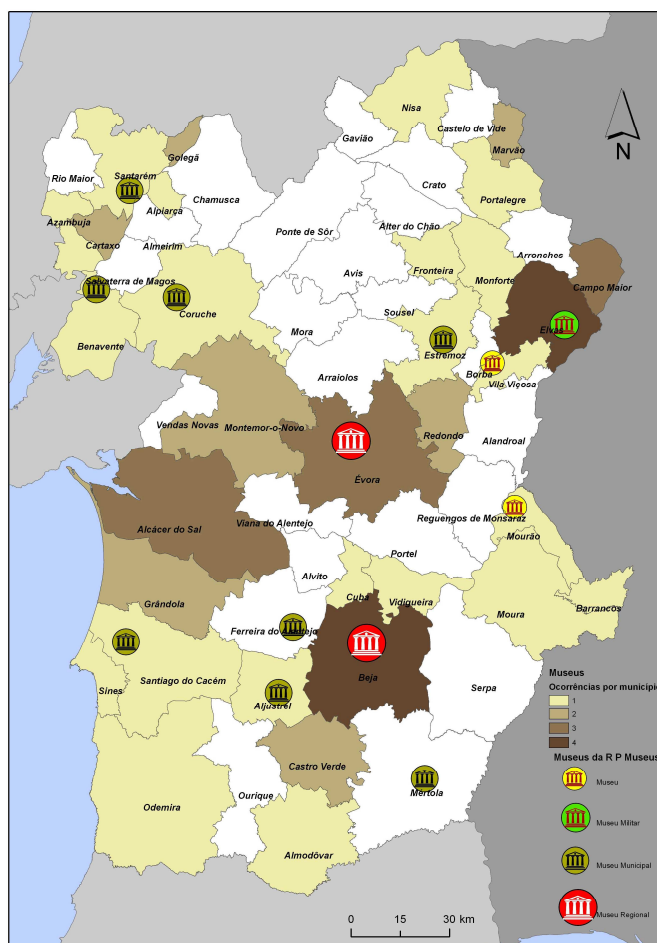
ARQUEOL Arqueologia

ARTE Arte e Arte Sacra

ETNOGR Etnografia e Antropologia

SITIOS ARQ Sítios Arqueológicos

Mapa 2
Museus da Região Alentejo
(Integrados na Rede Portuguesa de Museus)



A rede Portuguesa de Museus é um instrumento essencial na execução da política museológica nacional e na qualificação dos museus portugueses. Tem como objectivos a valorização e a qualificação da realidade museológica nacional, a cooperação institucional e a articulação entre museus, a descentralização de recursos, o planeamento e a racionalização dos investimentos públicos, decorrentes da aplicação de fundos comunitários, em museus, a difusão da informação relativa aos museus, a promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas, o fomento da articulação entre museus e a valorização formativa dos seus profissionais.

Reconhecida pela sua qualidade, profissionalismo e rigor na prática museológica, a Rede Portuguesa de Museus promove a valorização de cada museu que a integra e, simultaneamente, sustenta a sua força estratégica no conjunto dos museus que a constituem. O reforço desta rede e a garantia de serviços qualificados que vão ao encontro da procura do público, concorrem para uma crescente importância dos museus enquanto agentes facilitadores da mudança e da coesão social e do desenvolvimento cultural das comunidades.

3.8. BIBLIOTECAS — REDE PÚBLICA DE LEITURA

A região do Alentejo tem cobertura praticamente total na área da rede de leitura pública e além das bibliotecas da rede de leitura pública, existem no Alentejo várias e importantes bibliotecas históricas e patrimoniais, em muitos casos abrangidas por classificação patrimonial como são por exemplo os casos da Biblioteca Pública de Évora e da Fundação da Casa de Bragança, que constituem um valioso recurso científico, patrimonial mas também turístico pelo carácter único das suas colecções de documentos valiosíssimos.

4. INVESTIMENTOS NO DOMÍNIO DO PATRIMÓNIO CULTURAL NO ÂMBITO DO PO REGIONAL 2007-2013

No período de programação 2007-2013 e no âmbito do Programa Operacional Regional, as operações no domínio do património cultural tinham enquadramento através do regulamento específico “Património Cultural” visando a melhoria das condições de salvaguarda, valorização e de animação do património cultural (imóvel, móvel, imaterial e oral) numa perspectiva de transmissão dos bens culturais para o futuro, de forma a manter a sua existência e assegurar a sua fruição com respeito pela identidade específica, nela considerando os valores de originalidade aliados aos da respectiva integridade patrimonial.

Neste âmbito, foram aprovadas operações enquadradas nas áreas de intervenção relacionadas com a salvaguarda, prevenção de riscos, valorização e recuperação de monumentos, conjuntos e sítios arqueológicos, classificados ou em vias de classificação, nos termos da legislação em vigor, bem como de museus integrados na Rede Portuguesa de Museus. Foram também apoiadas intervenções de animação e divulgação do património e de conservação, restauro, valorização, estudo e inventariação do património móvel, imaterial e oral (Quadro 4 e Mapa 3).

No Relatório Final da Avaliação Intercalar do InAlentejo é referido que os principais contributos das intervenções incluem o forte contributo para a afirmação e desenvolvimento do setor do Turismo, através de iniciativas de valorização do património e dinamização de atividades culturais e a concentração de investimento na fileira do Turismo, nas vertentes da promoção e animação turística, valorização do património construído e de outros recursos regionais com potencial diferenciador. Para promover a valorização do património cultural e a sua fruição pública, os projetos apoiados visam maioritariamente a recuperação e valorização do património construído como castelos, muralhas, edifícios e outros elementos com elevado valor patrimonial bem como a melhoria das condições de acesso/visita e a criação de condições para a realização de atividades de animação cultural.

No que respeita às redes de equipamentos culturais, verificou-se um menor investimento na construção de infraestruturas (já apoiadas no período de programação anterior) e um maior direcionamento para o investimento na programação e animação das infraestruturas existentes. O Programa apoiou maioritariamente bibliotecas e projetos que visaram a programação e, nalguns casos, produção cultural no âmbito de redes culturais, permitindo a itinerância de espetáculos e a produção de atividades de carácter cultural e recreativo. Estes projetos permitiram a inserção de recintos da Região e de atores culturais em redes, principalmente de âmbito regional.

O INALENTEJO reforçou a dotação de serviços coletivos à população, principalmente através do investimento na valorização e animação do património cultural, onde os resultados esperados são: (i) abertura ao público e incremento das atividades de animação cultural em edifícios e

espaços com valor patrimonial; (ii) acréscimo do número de visitantes, residentes e turistas, nos espaços intervencionados; (iii) reforço da atratividade turística da Região e, em particular, da Cidade de Évora, Património da Humanidade; (iv) difusão e acréscimo da visibilidade do património regional; e (v) acréscimo do conhecimento científico do património regional.

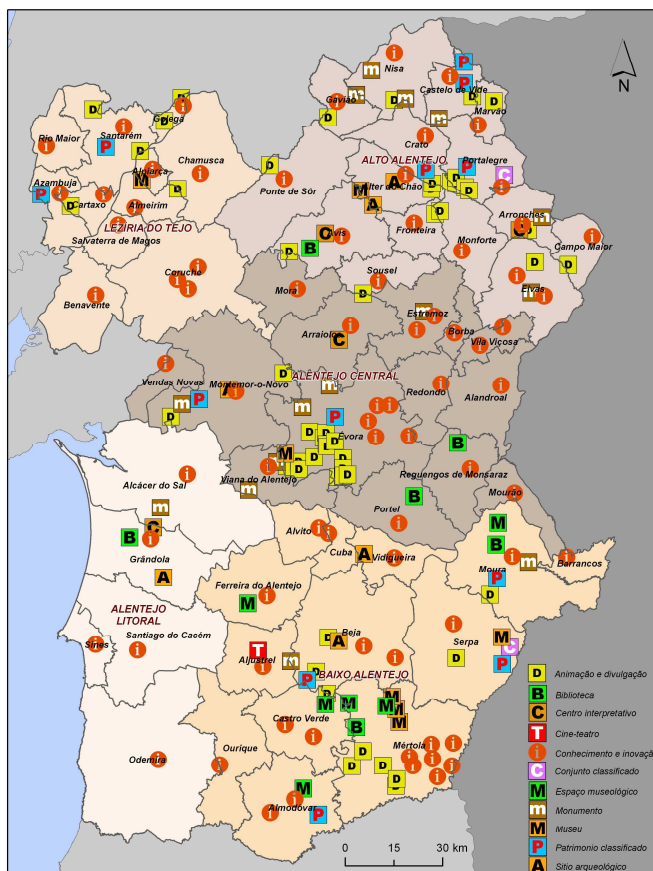
No caso dos equipamentos culturais, o Programa contribuiu principalmente para fechar e consolidar a Rede Nacional/regional de Bibliotecas de Leitura Pública, bem como para o incremento da oferta cultural nos concelhos envolvidos nos projetos de programação cultural em rede, e para a dinamização e sustentabilidade dos recintos de espetáculos existentes, em grande parte apoiados no anterior período de programação.

Uma leitura transversal permite, ainda, destacar: (i) O forte investimento em tipologias de investimento que concorrem de forma complementar para o desenvolvimento e afirmação do sector turístico na Região (valorização, animação e divulgação do património cultural regional e animação cultural); (ii) A projeção internacional do património histórico e cultural do Alentejo despertou o interesse e a motivação de turistas estrangeiros que procuram esta Região como um destino turístico que valoriza as referências culturais.

Quadro 4
InAlentejo 2007-2013 - Projetos aprovados no âmbito da Cultura e Património

Tipologia	Nº Projetos	Investimento Elegível Euros	FEDER Euros
Animação e Divulgação	31	9.637.274	7.332.889
Biblioteca	6	3.935.525	3.345.196
Centro Interpretativo	4	4.682.341	3.814.515
Cine-Teatro	1	915.645	778.298
Conhecimento e Inovação	19	3.280.733	2.489.756
Conjunto Classificado	2	1.571.040	1.335.384
Espaço Museológico	6	1.425.858	1.189.739
Monumento	15	14.403.572	11.368.976
Museu	7	4.379.818	3.702.803
Património Classificado	11	3.344.093	2.619.794
Património, Animação e Divulgação	1	1.815.777	1.452.621
Sítio Arqueológico	6	1.851.968	1.537.989
TOTAL	109	51.243.642	40.967.961

Mapa 3
Projetos Aprovados no InAlentejo no âmbito do Património e da Cultura



5. PRINCIPAIS NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO

As principais condicionantes estruturais têm a ver com a dimensão dos bens existentes, a sua dispersão no território e o atual estado de conservação. O património cultural, vasto e disperso pelo território, revela ainda insuficiências na inventariação, classificação e valorização e as debilidades regionais apontam para a insuficiente disponibilização do património para fruição pública. Na manutenção da identidade sócio cultural regional, o desafio passa por preservar, recuperar e valorizar o património cultural, como um recurso identitário, social e de desenvolvimento.

No aproveitamento deste conjunto de recursos culturais e patrimoniais, as principais necessidades de intervenção deverão seguir as prioridades que decorrem do grau e da importância do seu valor patrimonial, articulando com o estado de conservação e com a capacidade ou potencial de atracção como destino turístico ou de visita. Importa referir os problemas sérios que se colocam na região no que diz respeito à conservação do património classificado de uma forma geral, com particular destaque para o património fortificado/militar/defensivo (sobretudo castelos e muralhas) e religioso (igrejas, capelas, ermidas, conventos, mosteiros...). Estas duas tipologias patrimoniais são as que maiores e mais graves problemas apresentam, seguidas do património arqueológico, e para cuja reabilitação e

restauro se afigura fundamental este novo ciclo e a sua aposta no potencial cultural e turístico da região.

As grandes linhas estratégicas em que se identificam necessidades de intervenção na Região são as seguintes:

I. Conservação, qualificação e valorização do Património por hierarquia de grau de classificação do valor patrimonial:

- Conservação qualificação e valorização do **Património Cultural Mundial** da região (ou em vias de classificação) com projectos conformes às regras nacionais e da UNESCO e dos instrumentos obrigatórios de gestão (planos de gestão e salvaguarda em vigor ou em vias de elaboração e zonas tampão fixadas ou em vias de fixação); Centro Histórico de Évora, Fortificações de Elvas e outros bens que venham a ser inscritos na lista da UNESCO;
- **Património Cultural Imaterial** inscrito ou a inscrever na lista da UNESCO, incluindo intervenções em edifícios que visem valorizar, salvaguardar e transmitir o património imaterial classificado em estrita conformidade com o estipulado nos planos de salvaguarda aprovados pela UNESCO no acto da inscrição.
- Recuperação e valorização de **Património Monumental** (Religioso, Civil, Militar/Defensivo) MN, MIP e MIM (Monumento Nacional, Monumento de Interesse Público e Monumento de Interesse Municipal), incluindo: Recuperação em Castelos, fortificações, muralhas e outro património militar para melhoria de condições de acessibilidade, de interpretação e de visita; Recuperação e valorização em igrejas, ermidas e capelas classificadas ou em vias de classificação.
- Recuperação e valorização de edifícios de valor arquitectónico e patrimonial que possam não dispor ainda de uma classificação, mas que desenvolvam projectos culturais, turísticos, patrimoniais e científicos com valor económico, alinhados com a estratégia 2020 para a região.
- Recuperação e valorização em edifícios de arquitectura civil classificados ou em vias de classificação, nomeadamente Paços, Palácios, conjuntos residenciais, Colégios e edifícios ligados historicamente ao ensino, pertencentes ou não a ordens religiosas.
- Restauro e conservação da imagem histórica urbana nomeadamente em superfícies arquitectónicas. Esta riqueza decorativa é uma especificidade do património único da região e também um factor essencial na diversidade patrimonial e decorativa do património e da imagem urbana nas aldeias, vilas e cidades alentejanas.
- Recuperação e valorização do **Património do século XX** classificado ou em vias de classificação, incluindo conjuntos arquitectónicos ou edifícios isolados que constituem o património do século XX no Alentejo como são os exemplos de conjuntos, edifícios ou outros equipamentos de grande qualidade e prestígio nacional e internacional. Este património constitui um potencial significativo de atracção turística de nichos, como o turismo de arquitectura.
- O **Património arqueológico classificado** da região do Alentejo constitui um domínio de desenvolvimento nas áreas da investigação/produção do conhecimento e do turismo. As principais necessidades de intervenção são as seguintes:

- o Restauro, recuperação e valorização de Património pré-histórico / megalítico classificado (antas, menires e cromeleques) especialmente nas zonas mais significativas de ocorrência deste património e valorização de outro património pré-histórico classificado, nomeadamente os povoados com maiores potencialidades de visita;
 - o Restauro recuperação e valorização de Património romano classificado (villae, cidades, vias, termas) cuja importância e valor histórico e patrimonial se justifica na caracterização, com a referência às principais linhas estratégicas para enquadrar e avaliar as intervenções concretas que vierem a ser propostas.
 - o Restauro, recuperação e valorização do Património islâmico/medieval conforme a caracterização da importância e do valor deste património e da estratégia proposta.
 - o Recuperação restauro e valorização do Património industrial/mineiro classificado.
- Valorização do património cultural subaquático
- Intervenções no sentido de recuperar e valorizar os caminhos históricos culturais para a sua fruição e utilização, no quadro do turismo religioso e ambiental, e sobretudo para a futura integração da extensão dos caminhos de Santiago já inscritos pela UNESCO na categoria de Itinerários Culturais, constituem uma necessidade identificada para a qualificação da oferta turística de qualidade.

A valorização dos percursos que se constituem no Alentejo com destino a Santiago de Compostela inscreve-se no facto de o Alentejo constituir uma região deveras atractiva para os peregrinos que procuram a principal mais-valia do Caminho de Santiago: a associação sustentável entre património cultural, natural e religioso. São três vertentes que tornam a região aliciante do ponto de vista de um touring qualificado e neste contexto, organizar, marcar, criar condições para viabilizar os percursos são acções necessárias à viabilização dos diversos percursos que cruzam o Alentejo, sobretudo porque os percursos assentam muitas vezes em santuários intermédios e devem valorizar-se de forma integrada.

- Valorização do período romano, nomeadamente nas vertentes associadas à revitalização das vias romanas, à recuperação de percursos de peregrinação antiga: Endovélico (S. Miguel da Mota), Atégina (Serpa/Baleizão); Garvão (Ourique) e à valorização das formas de religiosidade que surgem no final do Império, nomeadamente dos cultos relacionados com os martírios e o cristianismo primitivo.
- O **Património científico** e a sua valorização turística associada ao desenvolvimento do nicho de mercado para o turismo científico devem ser articulados em rede e cooperação de modo a potenciar os valores e o património que a região possui neste domínio. As necessidades relacionadas com a fruição do património científico incluem também intervenções físicas associadas à mais-valia deste património único e estas devem ser articuladas no âmbito de uma estratégia regional.
- O **património judaico** no Alentejo e a história que lhe está associada cruza-se de perto com o património urbano histórico da região e deve ser desenvolvido, sendo as

intervenções físicas de reabilitação deste património consideradas estratégicas para a região.

- Intervenções de recuperação patrimonial integradas na Rede SPHERA Castris (Southwest park for heritage and arts; centro para as artes, ciência e tecnologia - investigação, inovação e sustentabilidade) – centrado no Convento cisterciense de São Bento de Castris, monumento nacional afecto à Direcção Regional de Cultura do Alentejo.

II. Museus

As principais necessidades incluem intervenções de qualificação e valorização de museus que já integrem a Rede Portuguesa de Museus, para melhorarem a sua prestação, ou que visem qualificar-se para o preenchimento dos requisitos necessários para aumentar o número de museus da Rede na região do Alentejo. Numa perspetiva agregadora e de reforço da capacidade de afirmação destes equipamentos culturais, também são evidentes as necessidades de fortalecimento das redes de museus existentes.

III. Bibliotecas

Dada a cobertura praticamente total deste tipo de equipamento em toda a região, consideram-se apenas necessidades de intervenção, a requalificação nos casos em que a mesma seja demonstrada e a criação de novos equipamentos apenas para fecho de rede.

6. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS NO HORIZONTE 2020

6.1. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ALENTEJO 2020

O valor patrimonial da região associado também à qualidade do território, da paisagem e do ambiente, bem como ao potencial científico, económico e pedagógico que ele encerra faz do património cultural um pilar central na estratégia para o desenvolvimento da região. A dimensão de conflito que existe entre, por um lado a necessidade imperiosa de conservar, salvaguardar e proteger o valor histórico e cultural do nosso património cultural e, por outro lado, a sua importância para o desenvolvimento das comunidades, o seu potencial económico e de geração de emprego e ainda para a educação, acessibilidade, democratização, inclusão e coesão sociais, confere-lhe hoje em dia uma centralidade absoluta e a necessidade consequente de articulação transversal de políticas de património, de ordenamento do território, de turismo e de ambiente, para a harmonização possível nos processos de desenvolvimento, sem perder ou pôr em causa o valor cultural irreproduzível que decorre da própria natureza do património cultural.

A estratégia de desenvolvimento regional – Alentejo 2020 – promove a inserção do património no conjunto dos recursos da Região, admitindo que a sua valorização terá impactos no aumento do fluxo de visitantes e de turistas (que serão atraídos para a Região) e pelo efeito de arrasto que a presença desse fluxo adicional de pessoas poderá gerar noutros sectores regionais. A Estratégia Regional de Especialização do Alentejo contém um domínio de especialização denominado “Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo”,

cujo racional assenta no património cultural da região enquanto suporte para uma economia associada aos serviços do turismo.

Assentes na cultura, no património, no território e na paisagem histórica e cultural, identificamos de seguida os suportes da estratégia regional associados à protecção, valorização e promoção do património cultural da Região:

- Aposta numa oferta diversificada e de qualidade nas áreas da cultura e do património (com destaque para as Cidades Património Mundial - Évora e Elvas), a candidatura de Marvão e a abertura de procedimento para classificação do Centro Histórico de Santarém.
- Museus de referência com grande potencial na oferta da região (as colecções únicas dos museus de Évora e de Beja, principalmente, são hoje um potencial muito considerável para a construção de projectos na área da cultura distintiva da região).
- Património Arqueológico, com três dimensões em que o Alentejo se destaca claramente e onde o potencial para a criação de valor é muito significativo: o património megalítico, a herança do império romano e a herança do património islâmico.
- Qualificação de elementos arqueológicos, históricos, arquitectónicos e agrícolas agregadores do território e da paisagem e criadores da sua qualidade.

6.2. DOCUMENTO ESTRATÉGICO TURISMO DO ALENTEJO 2014 – 2020

A estratégia do turismo consta como documento anexo ao POR e as orientações estratégicas abrangem a qualificação dos produtos turísticos e a certificação do destino, incluindo a operacionalização da estratégia para a valorização do touring cultural e o desenvolvimento e dinamização do produto património classificado, no sentido de incrementar o afluxo de visitantes e turistas. Em sentido mais amplo, todo o turismo pode ser entendido como turismo cultural e como tal dependente da qualificação e da qualidade do património.

Neste contexto, a estratégia pretende promover a valorização dos ativos histórico-culturais para consolidar a Região como destino turístico associado a uma oferta qualificada e ajustada às características patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e reforçando a atracção de novas gerações de turistas que procuram destinos com identidade.

No contexto regional, a atividade turística tem registado uma dinâmica positiva, com aumento considerável do número de dormidas, com crescimento acima da média nacional, entre 2005 e 2014, passando de 939.270 para 1.305.473 dormidas (Quadro 6). Neste mesmo período de tempo as dormidas de turistas estrangeiros aumentaram 80% (244.641 em 2005 para 440.341 em 2014). De acordo com os dados mais recentes, disponibilizados pelo INE, e considerando os primeiros quatro meses deste ano, o Alentejo registou um aumento de dormidas (+5,9%), com destaque para os não residentes (+8,6%), superando o valor nacional (6,8%). Este bom desempenho tem ainda uma margem de progressão e afirmação regional, nomeadamente em termos de estada média (1,68 noites em abril de 2015; inferior à média nacional de 2,68 noites). Os objetivos quantitativos do documento estratégico do Turismo do Alentejo e Ribatejo 2014-2020, apontam como metas de procura cerca de 1,9 milhões de dormidas em 2020 (dados estatísticos sobre a evolução das dormidas constam do Quadro 6 em Anexo).

6.3. ESTRATÉGIA REGIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (EREI)

Os domínios de especialização da EREI incluem “o património, indústrias culturais e criativas e serviços de turismo”, considerando que a riqueza do património arquitectónico rural e urbano assente na sua diversidade e quantidade, é um fator estruturante da identidade regional e um dos pontos fortes de atração do Alentejo. Estas características remetem para uma realidade heterogénea no que se refere ao grau de maturidade da valorização dos seus ativos, tanto ao nível do património material como imaterial, sendo de destacar: castelos, igrejas, conventos, museus, torres, ermidas, campos arqueológicos, vestígios de antigas civilizações. Este vasto e rico cenário constitui o património arquitectónico, histórico e cultural da Região, e representa uma mais-valia relevante para a estruturação de atividades económicas relacionadas e para a atração de visitantes e turistas que procuram destinos com identidade.

7. CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO E OBJETIVOS NO ÂMBITO DO POR ALENTEJO 2020

As ações propostas decorrem das orientações do Plano de Ação Regional – Alentejo 2020 e dos Documentos Estratégicos e contributos dos sectores da Cultura, do Património e do Turismo e visam também rentabilizar os investimentos efetuados no âmbito do QREN 2007-2013 e concorrem para a estratégia regional no sentido de incentivar o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas.

No contexto do POR Alentejo 2020 as intervenções a realizar enquadram-se no Eixo 8 – Ambiente e Sustentabilidade, Prioridade de Investimento 6.c “Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural” e deverão dar resposta ao cumprimento do objetivo específico “Promover a valorização do património natural e cultural, afirmando a região como destino turístico de excelência”.

Importa referir resumidamente as tipologias de intervenção a apoiar no POR, sendo que este documento se destina essencialmente a fundamentar as intervenções a concretizar no âmbito do investimento em infraestruturas. Assim, as intervenções incluem:

- (i) Inventariação, divulgação e animação do património e da rede de equipamentos culturais;
- (ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;
- (iii) Modernização e dinamização de museus e de outros equipamentos culturais de divulgação do Património e de elevado interesse turístico;
- (iv) Apoio à realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais, com elevado impacto em termos de projeção da imagem da região, através da programação em rede a nível intermunicipal e ou regional sempre que adequado;
- (v) Organização e promoção de eventos com impacto internacional;
- (vi) Divulgação e integração territorial, através de iniciativas de cooperação territorial e institucional que permitam integrar a programação cultural, as visitas guiadas e a divulgação de equipamentos, bens culturais e serviços prestados;

(vii) Programas de dinamização do património cultural, criação de redes de gestão de bens patrimoniais;

(viii) Capacitação dos agentes de gestão de bens culturais e naturais para a valorização económica desses mesmos bens.

A dotação de financiamento indicativa para a realização de intervenções na “proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos culturais e patrimoniais” (objetivo específico 6.c.1 - Promover a valorização do património natural e cultural, afirmando a região como destino turístico de excelência) é de 34,6 milhões de euros. Com objetivos de reforço do potencial cultural e de consolidação da oferta turística relacionada com o património, esperam-se contributos positivos para o adensamento da cadeia de valor do touring cultural, através da qualificação, valorização, certificação e promoção dos ativos histórico-culturais.

8. PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO REGIONAL

Para uma base económica renovada do Alentejo e de qualidade de vida e bem estar assentes na cultura, no património, no território e na paisagem histórica e cultural identificamos de seguida os principais objetivos associados à protecção, valorização e promoção do património cultural da Região;

- Alavancagem do potencial cultural e turístico dos monumentos, considerando o forte impacto na atividade económica regional e nacional, cujo potencial de desenvolvimento decorre maioritariamente da existência de valores de referência patrimonial em condições de serem usufruídos e reconhecidos internacionalmente como valores singulares de uma civilização.
- Valorização e melhoria da oferta turística na área monumental, através de intervenções de recuperação e requalificação dos imóveis, mediante a criação de circuitos de visita integrados, qualificação de acolhimento e fruição da visita.
- Programação e dinamização cultural, através da realização de encontros relativos às diferentes áreas temáticas relacionadas com o património cultural, de exposições permanentes e temporárias, que promovam a oferta de eventos de qualidade e inovadores, possibilitando uma maior atratividade e diferenciação;
- Produção de conteúdos digitais no sentido da desmaterialização dos suportes de informação e da inovação dos meios de comunicação com os públicos.
- Produção e implementação de campanhas de marketing, permitindo maior atratividade, criação de novos públicos e projeção internacional.
- Implementação de campanhas integradas de marketing sobre o património dirigidas à sociedade portuguesa, focalizadas na integração da sua proteção no quotidiano, colocando o tema nos mass-media de uma forma actualizada
- Relativamente ao património histórico edificado e arqueológico, aposta numa oferta diversificada e de qualidade nas áreas da cultura e do património (com destaque para as Cidades Património Mundial - Évora e Elvas).

- Museus de referência com grande potencial a desenvolver na oferta da região e que são um potencial muito considerável para a construção de projectos inteligentes e sustentáveis na área da cultura distintiva da região.
- Bibliotecas e arquivos históricos de referência como base para a criação de valor e de oferta associados a este segmento no domínio internacional, nomeadamente no que diz respeito ao património partilhado com outros países e continentes (património cultural de origem portuguesa relativamente ao qual as fontes de investigação se encontram maioritariamente em Portugal e uma grande parte nos arquivos do Alentejo).
- Património Arqueológico, com três dimensões em que o Alentejo se destaca claramente e onde o potencial para a criação de valor é muito significativo: o património megalítico, a herança do império romano e a herança do património islâmico. Na dupla dimensão de investigação e de valorização, este domínio apresenta-se como uma das potencialidades da região que pode realmente concorrer para uma estratégia inteligente, sustentável e inclusiva.

Relativamente aos **museus**, a criação de novos equipamentos desta natureza deverá estar sujeito a parecer da Rede Portuguesa de Museus e estudos de viabilidade no contexto da oferta cultural existente, devendo a região apostar na qualificação das inúmeras unidades museológicas ou equiparadas ainda muito deficitárias no que diz respeito aos cânones das boas práticas do trabalho na área da museologia.

Nas **bibliotecas**, dada a cobertura praticamente total deste tipo de equipamento em toda a região, consideram-se apenas intervenções de requalificação nos casos em que a mesma seja demonstrada e a criação de novos equipamentos apenas para fecho de rede.

Na priorização das intervenções da Região foram considerados critérios relacionados com a classificação do património (classificação do imóvel e respectivo grau – Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, Imóvel de Interesse Municipal ou em vias de classificação), o impacto da intervenção (nacional, regional ou local), a sustentabilidade do projecto (elevada, reduzida ou inexistente), o risco de desaparecimento do bem ou deterioração irreversível (iminente, elevado, médio ou baixo) e a identificação de prioridade municipal para a respectiva intervenção.

Considerando as necessidades identificadas, as prioridades e tipologias de investimento e atendendo aos montantes financeiros disponíveis, com este exercício de mapeamento foi possível estimar um total de 380 intervenções da Região para o período 2014-2020, abrangendo as seguintes tipologias:

- Património edificado;
- Património religioso;
- Património arqueológico;
- Fortificações;
- Rede de museus;
- Património mineiro;
- Centros Culturais e Interpretativos;
- Cine Teatros ;
- Outros Equipamentos Culturais.

Em termos gerais, as intervenções visam preservar, valorizar e dinamizar a monumentalidade do património histórico-arqueológico (conjuntos edificados e sítios arqueológicos ou megalíticos), da arqueologia religiosa e das infraestruturas culturais mais relevantes, instaladas em edifícios classificados. As intervenções estão orientadas para os valores arquitetónicos, patrimoniais (sítios pré-históricos e históricos), fortificações, vestígios judaicos, romanos e do profano e do sagrado. Pela importância e potencial do património existente, destacamos as intervenções relacionadas com o património da humanidade reconhecido pela UNESCO.

9. CONCLUSÕES

A riqueza do património cultural assente na sua diversidade e quantidade, é um fator estruturante da identidade e da cultura regional, constituindo-se como um dos pontos fortes de diferenciação e atratividade distintiva do Alentejo. A par desta vertente associada à identidade cultural, os recursos regionais do património podem constituir também o suporte da afirmação de um território de qualidade para o turismo, apostando nos circuitos turísticos como produto dinamizador e, neste aspecto, a valorização do território em termos patrimoniais visa qualificar a Região para aproveitar as oportunidades relacionadas com o crescimento do turismo internacional nos próximos 20 anos, de acordo com as previsões da Organização Mundial de Turismo.

Considerando a situação existente, os contributos e o exercício prospectivo sobre as prioridades acima referido, as intervenções da Região para o período 2014-2020 devem ter em conta os seguintes princípios orientadores:

- Preservação da cultura e da identidade distintiva da Região;
- Alavancagem do potencial turístico e cultural dos monumentos;
- Valorização e melhoria da oferta turística na área monumental;
- Consolidação da oferta turística regional, nomeadamente no touring cultural.

As intervenções consideradas como prioritárias, no exercício prospectivo referido neste documento, constituem o quadro estratégico de referência e orientação para a operacionalização do Programa Operacional Regional.

Esperam-se impactos significativos na conservação e salvaguarda do património cultural; na melhoria da qualidade dos serviços dos equipamentos culturais e patrimoniais aos cidadãos e turistas; na organização da oferta cultural e patrimonial numa lógica regional e não apenas municipal; nos contributos para a organização do sector e para o desenvolvimento de modelos colaborativos em rede que promovam a complementaridade e a eficácia no uso dos recursos; no reforço da implementação de conceitos e práticas que valorizam e incentivam a complementaridade e a especialização ;

Os resultados poderão ser avaliados em termos de aumento do turismo (número de visitantes, número de dormidas); de qualificação da oferta (número de produtos criados, número de redes criadas com funcionamento efectivo); de conservação e valorização do património cultural (intervenções realizadas e avaliação da qualidade das mesmas por critérios de boas práticas dos organismos especializados nacionais ou internacionais).

Com as intervenções de requalificação e valorização do património espera-se contribuir para um aumento do número de visitantes a sítios de património cultural e atrações beneficiárias de apoio de 340.000 visitantes por ano e um aumento das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros de 1,1 milhões em 2012 para 1,8 a 1,9 milhões de dormidas em 2023.

A dotação a afetar a estas intervenções (proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos de turismo, culturais e patrimoniais) estima-se em 34,6 M€, poderá abranger cerca de 380 bens e infraestruturas culturais e permitirá à Região atrair mais visitantes e turistas.

Atendendo ao número significativo de intervenções previstas, nomeadamente nos domínios do património religioso, património arqueológico e fortificações, poderão estas vir ainda ser objecto de uma priorização mais seletiva, numa lógica de complementaridade e sinergias no domínio do património cultural, caso a concretização dos investimentos venha a evidenciar, por motivos financeiros, necessidades de ajustamento.

ANEXOS

Quadro 5

Visitantes de Equipamentos Culturais

Alentejo	2013	2014	Var Abs	Var %
Museu de Évora	23.509	24.600	1.091	4,6
Sítio Arqueológico de Miróbriga	5.286	6.377	1.091	20,6
Castelo de Alcácer do Sal	4.798	5.767	969	20,2
Castelo de Amieira do Tejo	884	1.333	449	50,8
Castelo de Belver	935	956	21	2,2
Castelo de Campo Maior	462	318	-144	-31,2
Castelo de Elvas	9.315	11.578	2.263	24,3
Castelo de Évoramonte	6.285	5.918	-367	-5,8
Castelo de Viana do Alentejo	5.277	4.948	-329	-6,2
Castro da Cola	1.918	2.129	211	11,0
Casa do Arco	1.357	1.225	-132	-9,7
Gruta do Escoural (Centro Interpretativo)	1.782	1.515	-267	-15,0
Mosteiro de Flor da Rosa	5.350	5.025	-325	-6,1
Ruínas da Torre de Palma	387	803	416	107,5
Sítio Arqueológico de São Cucufate	4.504	3.926	-578	-12,8
Torre do Salvador	8.577	9.082	505	5,9
Casa de Burgos	2.731	6.630	3.899	142,8
Total	83.357	92.130	8.773	10,5

Fonte: DRCALEN

Quadro 6

Dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros

	2005	2014	Var 2005-2014	Jan-Abr 2014	Jan-Abr 2015	Var Jan-Abr 14-15
Norte	3 438 518	5 400 591	57,1	1 291 320	1 457 466	12,9
Centro	3 297 407	4 143 054	25,6	913 427	1 040 324	13,9
Lisboa	7 257 148	11 558 124	59,3	2 881 124	3 221 105	11,8
Alentejo	939 270	1 305 473	39,0	298 687	316 342	5,9
Algarve	13 814 274	16 372 210	18,5	2 984 729	2 963 156	-0,7
Açores	1 135 588	1 063 775	-6,3	192 534	235 627	22,4
Madeira	5 638 426	6 278 711	11,4	1 767 653	1 868 651	5,7
Total	35 520 631	46 121 938	29,8	10 329 474	11 102 671	7,5

Fonte: INE